

OS MEANDROS DA PRODUÇÃO DISCURSIVA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DISCURSO, CONTRA-DISCURSO E ANÁLISE DISCURSIVA

INTRICACIES OF DISCURSIVE PRODUCTION: SOME REFLECTIONS ON DISCOURSE, COUNTER-DISCOURSE AND DISCURSIVE ANALYSIS

Ana Cláudia de Souza Garcia **1**

Resumo: O presente trabalho trata dos mecanismos de produção discursiva na sociedade, abordando a relação do discurso com a ideologia, a importância da palavra e a necessidade de se estabelecer o contra-discurso. As ideias ora abordadas partem de uma base teórica, respaldada, principalmente, nos estudos oriundos do Círculo de Bakhtin, que foram apresentados por Valentin Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia de Linguagem* (2018), e por Mikail Bakhtin, em *Estética da criação verbal* (2011). Ainda subsidiam o debate, além de outros, os estudos de Norman Fairclough (2001), com uma teoria social acerca do discurso, que enriquecem, especialmente, estas reflexões, ressaltando a ideia de discurso como prática social e a possibilidade da mudança discursiva. A partir das discussões, três textos são analisados, objetivando um melhor entendimento acerca do contra-discurso e dos meandros da produção discursiva, na tentativa de demonstrar as possibilidades de se estabelecer uma subversão no ordenamento discursivo.

Palavras-chave: Discurso. Produção Discursiva. Contra-Discurso.

Abstract: The present work deals with the mechanisms of discursive production in society, addressing the relationship between discourse and ideology, the importance of words and the need to establish a counter-discourse. The ideas discussed here start from a theoretical basis, supported mainly by studies from the Bakhtin Circle, which were presented by Valentin Volóchinov, in *Marxism and Philosophy of Language* (2018), and by Mikail Bakhtin, in *Aesthetics of verbal creation* (2011). In addition to others, the studies of Norman Fairclough (2001) also support the debate, with a social theory about discourse, which enrich, particularly, these reflections, emphasizing the idea of discourse as a social practice and the possibility of discursive change. From these discussions, three texts are analyzed, aiming at a better understanding about the counter-discourse and the intricacies of discursive production, in an attempt to demonstrate the possibilities of establishing a subversion in the discursive order.

Keywords: Discourse. Discursive Production. Counter-Discourse.

Introdução

O que é o discurso? Segundo definições dicionarizadas, o discurso é: “01. Peça oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser. 02. Exposição metódica sobre certo assunto, arrazoado. 03. Oração, fala. 04. *E. Ling.* Qualquer manifestação concreta da língua. [*Sin., nesta acepç.: fala e (fr) parole.*] 05. *E. Ling.* Unidade linguística maior do que a frase; enunciado, fala. 06. *Ant.* Raciocínio, discernimento. 07. *Fam.* Palavreado vão, e/ou ostentoso: *Nada de discurso, vá direto ao assunto.* 08. *Fam.* Fala longa fastidiosa de natureza ger. moralizante: *Toda vez que chega tarde, o pai faz-lhe um discurso.* 09. *Liter.* Qualquer manifestação por meio da linguagem, em que há predomínio da função poética (q. v.): “*O estatuto americano dos textos borgianos não invalida o fato de ele pertencer ao discurso do sistema cultural universal (Bella Jozef, José Luís Borges, p. 41.)* (DICIONÁRIO AURÉLIO ON-LINE).

Considerando algumas das definições acima, comumente, o discurso se constitui em algo produzido com as palavras, de forma oral ou escrita, seguindo uma lógica, uma organização, que atendam aos preceitos gramaticais de uma língua. Assim, parece que o discurso não é para qualquer um. Apenas quem tem o domínio das normas gramaticais de um idioma, consegue, de fato, elaborar um discurso. Além disso, pode parecer que só as palavras podem dizer algo.

Saindo desse lugar comum acerca do discurso, pode-se perceber que o mesmo vai muito além das palavras e não está preso à eloquência da oratória ou à sintaxe dos vocábulos em uma frase. O signo, seja ele verbal ou não verbal, carrega discursividade, isto é, nos diz sempre alguma coisa. Fotografias, palavras, monumentos, pinturas etc. são produzidos para dizerem algo, que não vem desprovido de intencionalidade, de valores, de ideias, de uma concepção de mundo, mas sim estão a serviço de um enunciador que materializa o discurso por meio do signo, com o propósito de fazer o interlocutor absorvê-lo, internalizá-lo, vivenciá-lo, como se lhe fosse próprio. O discurso, então, é organizado a fim de produzir/reproduzir sentidos.

Levando em conta que, para entender um texto, por exemplo, deve-se ir além do ato de decodificar o signo linguístico, ou seja, ler além do significante, o presente artigo propõe uma reflexão acerca da Análise do Discurso (AD) como um método de entendimento das várias representações discursivas que circulam na sociedade. As abordagens serão feitas a partir dos conhecimentos trazidos, principalmente, pelos estudos do Círculo de Bakhtin sobre as condições de construção do discurso e, conseqüentemente, as produções de sentido, que se materializa por meio dos signos.

Embora a base teórica esteja voltada para os estudos do Círculo de Bakhtin, a ideia de Michel Foucault sobre o método arqueológico para se investigar os porquês da constituição do discurso está presente neste estudo, não de forma explícita, mas coadunando com os pressupostos bakhtinianos acerca do discurso. Outro estudioso do discurso a que vale a pena recorrer é Norman Fairclough, que, em seu livro *Discurso e mudança social (2001)*, apresenta aos leitores interessados e aos pesquisadores atuantes na área da produção discursiva uma seara de conhecimentos em torno desse tema, a fim de entender o entrelaçamento entre as práticas discursivas e as práticas sociais.

Fairclough (2001), em seus estudos, recorre tanto ao pensamento bakhtiniano quanto ao foucaultiano, para defender, especialmente, a relação entre discursos e a ideia de discurso como prática social. Ele parte da ideia de que a língua/linguagem é uma atividade social, e o discurso, um modo de ação e representação da sociedade. O discurso é, então, o que constitui sociedades e sujeitos, tanto nas dimensões sociais quanto nas individuais, mas, Fairclough (2001) alerta para o aspecto dialético dessa relação entre o discurso e a estrutura social, pois, segundo ele, a prática discursiva deriva, principalmente, de uma prática social real e concreta, e não, simplesmente, de uma prática arbitrária e ideacional.

A concepção tridimensional do discurso é apresentada por ele como um procedimento para uma análise discursiva que considere tanto os aspectos linguísticos, quanto sociais, políticos e ideológicos, a partir de/ uma descrição e interpretação do discurso. Com isso, o autor propõe uma abordagem **do discurso como texto**, enfatizando seus elementos linguístico-gramaticais; **da prática discursiva**, que envolve processos de produção, distribuição e consumo; e **do discurso como prática social**, relacionando o discurso com ideologia e poder, considerando, nesse caso, o poder como hegemonia.

Em razão desse panorama apresentado, cabe um processo analítico, que busque refletir

sobre os meandros que envolvem a prática discursiva. Para isso, é importante recorrer aos estudos foucaultianos a respeito do discurso que estão mais direcionados para as relações de poder na sociedade, e aos de Bakhtin que ressaltam o caráter ideológico do signo, considerando as práticas culturais, as condições sociais do sujeito, o modo como elas vivem. Assim, tanto o pensamento do francês quanto as ideias do russo colaboram para o entendimento sobre a importância de pesquisar minuciosamente a fim de descobrir o que foi apagado, o que não foi revelado, não analisando apenas o que está aparente e naturalizado. Recorrer aos estudos de teóricos da linguagem e refletir sobre eles ajuda a compreender as concepções que permeiam a produção discursiva tão bem aparelhada linguística e ideologicamente.

Porém, conhecer esses processos que constituem as narrativas não provocará, necessariamente, mudanças nelas, mas, certamente, transformará a visão que se tem sobre elas, ao refletir de forma crítica sobre os mecanismos da produção discursiva. Dessa forma, a Análise do Discurso busca não só entender o ordenamento discursivo, mas as formas de burlar essa ordem.

A Ideologia no Discurso

Considerando a definição que Gramsci traz acerca de ideologia, que a considera como “o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (apud OLIVEIRA in OLIVEIRA, 2013, p. 20), podemos entender, então, o caráter ideológico que o pensamento bakhtiniano atribui ao signo, que serve de instrumento para expressar essas concepções de mundo. Assim, todo objeto/símbolo pode deixar sua especificidade, singularidade, para representar algo. Sobre isso, Volóchinov esclarece que:

Os signos também são objetos únicos e materiais e, como acabamos de ver, qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar um signo. Neste caso, porém, ele irá adquirir uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular. O signo não é somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológica (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc.) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia (VOLÓCHINOV, 2018, p. 93).

Essa relação indissociável entre signo e ideologia que os estudos do Círculo de Bakhtin apresentam se concretiza no discurso, que é produzido para produzir um sentido. Na produção dos sentidos, é necessário que haja um consenso entre os indivíduos, para que a discursividade se estabeleça.

Como sabemos, todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação. Portanto, *as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação. A mudança dessas formas acarreta uma mudança do signo* (VOLÓCHINOV, 2018, p. 109).

Nessa interação entre os indivíduos e conforme as suas práticas sociais, o signo significa e ressignifica, materializando o pensamento do sujeito em consonância com as suas condições de vida. O discurso, portanto, à luz do pensamento do Círculo de Bakhtin, se estabelece no dialogismo histórico-social, pois:

Essa cadeia ideológica se estende entre consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação *entre* consciências individuais. A própria consciência individual está repleta de signos. Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social (VOLÓCHINOV, 2018, p. 95).

O discurso, dessa forma, nasce na sua produção, mas se firma e se afirma na sua reprodução, aceitação, incorporação, mesmo não satisfazendo os anseios dos indivíduos. Um exemplo disso é que:

[...] membros das classes trabalhadoras podem adotar a ideologia capitalista, embora ela não lhes seja favorável na medida em que os faz se contentarem com uma ínfima parte da riqueza que produzem, cuja maior parte vai para as mãos dos capitalistas (OLIVEIRA, 2013, p.21).

Nesse contexto, as ideias de Fairclough (2001) acerca da ideologia e da hegemonia parecem bem apropriadas para compreender a constituição da prática discursiva. Para o autor, a partir das teorias sobre ideologia, é possível afirmar que:

1) as práticas discursivas como formas materiais de ideologia"; 2) "um dos mais significativos 'efeitos ideológicos' é a constituição dos sujeitos"; e 3) "os aparelhos ideológicos de estado' (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116-117).

Embora Fairclough (2001) reconheça a eficácia das ideologias inseridas no discurso, principalmente quando se "tornam naturalizadas e atingem o *status* de senso comum", ele enfatiza a necessidade do embate ideológico no campo discursivo, com o objetivo de promover as transformações na sociedade e, conseqüentemente, nas relações de poder.

Nesse processo dicotômico, em que se instaura a dominação, a ideologia dos dominantes se agiganta e se estabelece, porque, mesmo com o desejo pertinente de ocupar o lugar do dominante, o dominado se resigna e aceita. Uma espécie de acordo permite, então, a hegemonia de uma classe em detrimento da sujeição de outra. O indivíduo é assujeitado de tal forma às ideologias das estruturas superiores da sociedade (Governo, Igreja, Escola, Imprensa) que tais ideias surgem como se lhe fossem próprias, naturais, como parte de sua essência.

Para garantir a naturalização das ideologias, os discursos são produzidos para criar um consenso, como diz Oliveira (2013), acerca das ideias. Porém, o autor ainda ressalta que, no propósito de manter a hegemonia, será necessário o consentimento dos sujeitos e, por vezes, a coerção, por meio do uso da força.

Se um grupo social perder a hegemonia e, mesmo assim, se mantiver no poder, terá que se manter por meio da coerção, mas terá prazo de validade. Sem o consentimento, baseado apenas na coerção, o poder não se sustenta durante muito tempo (entenda-se "muito tempo" aí de um ponto de vista histórico) (OLIVEIRA, 2013, p. 39).

Contudo, é importante refletir sobre o que Fairclough (2001) aborda a respeito da ideologia no discurso, a qual, segundo ele, está presente nas práticas discursivas, para que as relações de poder possam ser mantidas ou reestruturadas. Porém, o autor adverte:

Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural, e assim por diante, e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

Mediante essas considerações sobre dominação, ideologia, aceitação, assujeitamento, entende-se que a hegemonia em uma sociedade só é possível, a partir da prevalência de uma ideologia (concepção de mundo, como aqui foi abordada) sobre outra. E essa propagação ideológica acontece por meio do signo, pois “*Tudo que é ideológico possui significação signíca*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 93).

Dessa forma, a luta de classes, a luta pela dominação, pela hegemonia, pelo poder, ocorre no campo dos signos. Entender além do ordenamento linguístico dos signos permite revelar o que os limites da gramática oculta, a fim de aprisionar a representação e a semântica do signo, delimitadas nos termos: “significante e significado”, simplificados pela linguística saussuriana.

A palavra, o enunciado concreto [...] e o discurso

Volóchinov, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, aborda, também, a importância da palavra como material indispensável para a existência do discurso, em qualquer campo do conhecimento. A palavra, para o autor, por ser neutra, “pode assumir *qualquer* função ideológica: estética, científica, estética, moral, religiosa” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 99). Além do mais, ainda segundo Volóchinov (2018), a consciência só se desenvolve porque dispõe desse material. Por isso que ela está presente em todos os atos de compreensão e de interpretação. Ou seja, “Os processos de compreensão de qualquer fenômeno ideológico (de um quadro, música, rito, ato) não podem operar sem a participação do discurso interior” (VOLÓCHINOV, 2018, p.100).

Assim, todo signo significa, na consciência individual, e conseqüentemente na consciência coletiva, a partir da definição por meio de uma palavra. Os significados se concretizam no signo linguístico, por isso, ele é capaz de abarcar tanto a esfera interior quanto a exterior do indivíduo. Embora a palavra tenha toda essa magnitude, não são todas as coisas que podem ser expressas pelo signo linguístico, conforme esclarece Volóchinov (2018):

Isso não significa que a palavra é capaz de substituir qualquer outro signo ideológico. Não, a palavra não é capaz de substituir por completo todos os signos ideológicos principais e específicos. Por princípio, uma palavra não pode transmitir adequadamente uma obra musical ou uma imagem da pintura. Um rito religioso não pode ser totalmente substituído pela palavra, tampouco há uma substituição verbal adequada para o mais simples dos gestos do cotidiano. A negação desse fato resultaria em um racionalismo vulgar e em uma simplificação grosseira. No entanto, todos esses signos ideológicos que não podem ser substituídos pela palavra ao mesmo tempo apoiam-se nela e são por ela acompanhados, assim como o canto recebe um acompanhamento musical (VOLÓCHINOV, 2018, p. 101).

Atribuindo à palavra o papel centralizador nas comunicações sociais, o discurso se engendra

a partir das manifestações verbais nas relações sociais dos sujeitos, sendo que “Cada época e cada grupo social possui o seu próprio repertório de formas discursivas da comunicação ideológica cotidiana” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 109). O autor também ressalta que, em uma sociedade, embora existam classes sociais distintas, todos fazem uso de um mesmo idioma, isto é, o mesmo conjunto de palavras serve para representar os mais diversos interesses. “Em decorrência disso, *em todo signo ideológico cruzam-se ênfases multidirecionadas*. O signo transforma-se no palco da luta de classes” (VOLÓCHINOV, 2018, p.113).

Uma mesma palavra, também, assume sentidos distintos, muitas vezes, conforme a posição social do sujeito, o seu estado emocional ou seus valores morais, além, obviamente, do seu contexto histórico-temporal. Esse caráter variacional não se aplica somente às palavras. Símbolos, imagens, gestos podem ter significações diversas, de acordo com essas circunstâncias.

A partir desse entendimento, podemos compreender melhor a definição que Mikhail Bakhtin (2011, p. 274) traz acerca do “enunciado concreto”, que o considera a “*real unidade da comunicação discursiva [...]*. Porque o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso”. Desse modo, o enunciado concreto é a palavra significando, interagindo com as concepções de mundo do falante, aquela que é capaz de suscitar no sujeito uma postura, como diz Bakhtin (2011), responsiva. Sobre a palavra, o autor ressaltou que:

Ela é apenas um recurso linguístico para uma possível expressão de relação emocionalmente valorativa com a realidade, no entanto não se refere a nenhuma realidade determinada; essa referência, isto é, esse real juízo de valor, só pode ser realizado pelo falante em seu enunciado concreto. As palavras não são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes (BAKHTIN, 2011, p. 290).

O signo linguístico não é algo dado, mas sim, um recurso construído pela comunidade de falantes, instruindo suas condições sociais. Considerar a língua como instrumento pronto e acabado para ser usado pelos falantes é desconsiderar seu caráter comunicativo, de ligação, de interação.

Na verdade, ela não é transmitida; ela é continuada, mas como um processo de formação ininterrupto. Os indivíduos não recebem em absoluto uma língua pronta; eles entram nesse fluxo da comunicação discursiva, ou mais precisamente, é nesse fluxo que a consciência se realiza pela primeira vez. Apenas no processo de aprendizagem de uma língua alheia a consciência pronta – pronta graças à língua materna – opõe-se a uma língua também pronta, a qual resta-lhe apenas aceitar. A língua materna não é recebida pelas pessoas; é nela que elas despertam pela primeira vez (VOLÓCHINOV, 2018, p. 198).

O discurso, portanto, na perspectiva do pensamento bakhtiniano, é uma teia que extrapola o campo linguístico e gramatical. É, antes de tudo, ideológico e dialógico. Tentar entendê-lo é “conversar com o enunciado concreto, e não analisá-lo como um objeto inanimado. Porque ele fala [...]” (FARIA E SILVA in OLIVEIRA, 2013, p. 69).

O discurso e o contra-discurso

Quando Michel Foucault (1999) ministrou a aula inaugural no College de France, em 2 de dezembro de 1970, apresentou a seguinte hipótese:

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Nessa perspectiva, percebe-se que a validação do discurso se dá pelas instituições. Os cânones definem o que deve ser lido e como deve ser lido. Só é verdadeiro e passível de crédito aquilo que for oficializado, institucionalizado. É comum presenciarmos situações em que, para legitimar o discurso, aquele que fala tenha que citar a fonte, a fim de garantir a credibilidade nas suas palavras. Expressões do tipo: “tá na Bíblia”, “tá na Constituição”, “tá na bula do remédio” são mais eficazes que o próprio texto para ter a aceitação do indivíduo.

Mikhail Bakhtin (2011) também descreve as relações de poder no ordenamento discursivo, pois, segundo ele,

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem. Em cada época e em todos os campos da vida e da atividade, existem determinadas tradições, expressas e conservadas em vestes verbalizadas: em obras, enunciados, sentenças, etc. Sempre existem essas ou aquelas ideias determinantes dos “senhores do pensamento” de época verbalmente expressas, algumas tarefas fundamentais, lemas, etc. (BAKHTIN, 2011, p. 294).

O discurso, portanto, não é a fala, não é o texto. O discurso já está instituído pelas imagens, representações, pelos gestos. O que fala está, na verdade, fora da palavra. Nem o texto escrito se limita à palavra escrita, mas o que está institucionalizado, organizado, ordenado. Para fixar o ordenamento, as instituições adotam as narrativas e, por meio delas, fixam comportamentos, posicionamentos e, principalmente, a verdade, que garante o rumo “certo” da vida.

Com isso, um texto escrito não se limita à palavra escrita; uma escultura ou uma fotografia, por exemplo, não se resumem ao objeto que apreciamos e tocamos, pois o que comunica, o que fala, o que significa transcende a materialidade do discurso.

A pergunta é: o que fazer para sair dos limites da ordem do discurso? Certamente, não é uma tarefa tão simples assim. Mas o primeiro passo, sem dúvidas, é questionar, fugir dos conceitos pré-estabelecidos e partir para a própria compreensão acerca das coisas. Pensar e atribuir sentidos a partir das próprias experiências, ver as coisas de uma outra forma, experimentar pensar a partir de si mesmo.

O contra-discurso origina-se, então, dessa postura contraditória e resistente diante do que está dado, legitimado, do que preconizam os cânones do “conhecimento humano”. Assim, se faz necessário propor uma nova leitura do mundo, dos símbolos, das palavras, enfim, do material semiótico que está presente na sociedade.

Quando Bakhtin (2011) se propôs a fazer um estudo sobre a obra de François Rabelais, apresenta a genialidade de um escritor que subverte o ordenamento literário de sua época, e sua produção é marcada por um:

[...] “caráter não-oficial”, indestrutível e categórico, de tal modo que não há dogmatismo, autoridade nem formalidade unilateral que possa harmonizar-se com as imagens rabelaisianas, decididamente hostis a toda perfeição definitiva,

a toda estabilidade, a toda formalidade limitada, a toda operação e decisão circunscritas ao domínio do pensamento e à concepção do mundo (BAKHTIN, 1993, p. 2).

Sustentado pela cultura popular, Rabelais criou narrativas que satirizavam a sociedade de seu tempo, principalmente os dogmas da Igreja. A linguagem de Rabelais se fundamentou nas festas feitas pelo povo, em especial, nos espetáculos carnavalescos, que apresentavam a vida pelo avesso. Conforme Bakhtin (2011), o carnaval era “a segunda vida do povo”. Ele ainda esclarece que:

Ao longo de séculos de evolução, o carnaval da Idade Média, preparado pelos ritos cômicos anteriores, velhos de milhares de anos (incluindo, na Antiguidade, as saturnais), originou uma linguagem própria de grande riqueza, capaz de expressar as formas e símbolos do carnaval e de transmitir a percepção carnavalesca do mundo, peculiar, porém complexa, do povo. Essa visão, oposta a toda idéia de acabamento e perfeição, a toda pretensão de imutabilidade e eternidade, necessitava manifestar-se através de formas de expressão dinâmicas e mutáveis (protéicas), flutuantes e ativas. Por isso todas as formas e símbolos da linguagem carnavalesca estão impregnados do lirismo da alternância e da renovação, da consciência da alegre relatividade das verdades e autoridades no poder (BAKHTIN, 1993, p. 9-10).

Eis, portanto, na carnavalização do discurso de Rabelais, o contra-discurso, aquele que propõe outro ordenamento, outro pensar, outro dizer.

A análise

Norman Fairclough, em *Discurso e Mudança Social* (2001), adverte que “não há procedimento fixo para se fazer análise do discurso, [...]” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 275), e defende uma Análise de Discurso interdisciplinar, justificando da seguinte forma:

Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política (FAIRCLOUGH, 2001, p. 276).

Nessa mesma obra, Fairclough (2001) busca suscitar a importância de se compreender as relações de poder e os mecanismos linguísticos nas formações discursivas como elementos imprescindíveis para a aceitação de uma ideologia e a consolidação de uma hegemonia. No entanto, o autor vai além, quando observa que, na própria estrutura discursiva, há a possibilidade de estabelecer a mudança e fazer emergir uma outra hegemonia, transformando a ordem vigente do discurso. Assim,

À medida que os produtores e os intérpretes combinam convenções discursivas, códigos e elementos de maneira

nova em eventos discursivos inovadores estão, sem dúvida, produzindo cumulativamente mudanças estruturais nas ordens do discurso: estão desarticulando ordens de discurso existentes e rearticulando novas ordens de discurso, novas hegemonias discursivas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128).

Considerando todas as ideias ora apresentadas e relacionando-as à proposta da Análise do Discurso proposta por Fairclough (2001), a experiência com um texto, com uma fotografia, um símbolo, ou com qualquer outro signo, não deve ser reduzida a uma simples interpretação, a partir de significados já solidificados. Para isso, o exercício de leitura se torna mais complexo e intenso, com um olhar múltiplo e de várias formas.

Desse modo, procurando abordar o que foi discutido neste estudo, três textos foram escolhidos para serem analisados, pois propõem o desordenamento de discursos e proporcionam uma reflexão sobre a constituição da teia discursiva.

Texto 1: Inclassificáveis

que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?

que preto branco índio o quê?
branco índio preto o quê?
índio preto branco o quê?

aqui somos mestiços mulatos
cafuzos pardos mamelucos sararás
crilouros guaranisses e judárabes

orientupis orientupis
ameriquítalos luso nipo caboclos
orientupis orientupis
iberibárbaros indo ciganagôs

somos o que somos
inclassificáveis

não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,
não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem deus, tem deuses,

não há sol a sós

aqui somos mestiços mulatos
cafuzos pardos tapuias tupinamboclos
americarataís yorubárbaros.

somos o que somos
inclassificáveis

que preto, que branco, que índio o quê?
que branco, que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que branco o quê?

não tem um, tem dois,
não tem dois, tem três,

não tem lei, tem leis,
não tem vez, tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não tem cor, tem cores,

não há sol a sós

egipciganos tupinamboclos
yorubárbaros carataís
caribocarijós orientapuias
mamemulatos tropicaburés
chibarrosados mestiçigenados
oxigenados debaixo do sol

Fonte: ANTUNES (1996)

A produção artística de Arnaldo Antunes é marcada por textos que andam na contramão do discurso institucionalizado, pautada na desconstrução dos sentidos, anunciando outro ordenamento. Geralmente, essas produções não ganham espaço na mídia, não alcançando o topo das “paradas de sucesso” e, muito menos, ganhando o gosto popular.

A letra da música “Inclassificáveis” provoca questionamentos acerca do discurso que é produzido para nomear, definir quem é quem, enfim, para categorizar. O autor propõe uma nova leitura sobre as definições étnico-raciais e, logo no início, no título da música, já mostra o contrassenso quanto ao ato de classificar os seres humanos. Para ele, somos “Inclassificáveis”, “somos o que somos”.

Com a utilização de neologismos, como: *orientupis*, *judárabe*, *iberibárbaros*, entre outros, o autor nos diz que não há purismo étnico, cultural, na constituição do indivíduo, várias são as influências. Essa multiplicidade na constituição do ser humano é ressaltada nos versos: *não tem um, tem dois/ não tem dois, tem três/ não tem lei, tem leis/ não tem vez, tem vezes/ não tem deus, tem deuses/ não tem cor, tem cores*.

Além do mais, a interdependência entre as pessoas e a complementação entre as coisas parecem estar destacadas no verso *não tem sol a sós*. Com essa construção, ele quebra a sequência do verbo “ter”, no sentido de existir, e opta pela preposição “a”, na locução adverbial “a sós”, sugerindo a leitura como se fosse o seu homônimo “há”, do verbo “haver”, no sentido de existir. Porém, ao optar pela preposição, muda todo o sentido do verso e demonstra que as coisas não existem por si, dependem das outras, em uma relação de complemento e não de oposição: há luz porque há escuridão.

As denominações atribuídas aos povos classificam os indivíduos e, com isso, lhes atribuem uma identidade que os diferencia dos demais. Assim, o que está fora desse discurso é silenciado. As narrativas nos categorizam e esses discursos são absorvidos e passam a ser o mote da vida das pessoas, reproduzindo outras narrativas que vão ordenando o curso da existência humana.

Por outro lado, a letra da música demonstra que o autor não procura ampliar a ideia de que nós, brasileiros, somos diferenciados, por ter uma multiculturalidade, mas tenta falar do ser humano, de modo geral, ressaltando que somos seres inomináveis, “*somos o que somos*” e não aquilo que os outros dizem que somos.

Texto 2: Eu sei, mas não devia

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café

correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir no telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. E a saber que cada vez pagar mais. E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra.

A gente se acostuma a andar na rua e ver cartazes. A abrir as revistas e ver anúncios. A ligar a televisão e assistir a comerciais. A ir ao cinema e engolir publicidade. A ser instigado, conduzido, desnordeado, lançado na infundável catarata dos produtos.

A gente se acostuma à poluição. Às salas fechadas de ar condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. Às bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. Se o trabalho está duro, a gente se consola pensando no fim de semana. E se no fim de semana não há muito o que fazer a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

Fonte: COLASANTI (1972)

Marina Colasanti traz para o debate, por meio desse texto, a condição do indivíduo diante dos discursos produzidos e a força ideológica que tais discursos possuem para ordenar a vida das pessoas, fazendo com que elas naturalizem as ações diante dos acontecimentos, como se não houvesse outras possibilidades.

O acostumar-se com as coisas do cotidiano afasta os indivíduos da condição humana, do ato de pensar, refletir sobre, questionar. A série de eventos apresentada no texto mostra que o ser humano está fadado a um ciclo “natural” de vida, em que ele precisa se adaptar, a fim de poder cumpri-lo da melhor forma possível, “*para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito*”, enfim “*para não sofrer*”.

O texto, nessa perspectiva, representa um discurso contrário à naturalização das ações e reações humanas, pois, segundo a autora, “*A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma*”. Quando a vida perde o próprio sentido, a pessoa também perde o sentido de si mesma. Quem somos de fato? Parece que algo externo a nós nos constitui e nos conduz.

Dessa forma, “*Eu sei, mas não devia*” mostra o poder das ideologias, dos discursos, dos sentidos cristalizados, das narrativas que ditam comportamentos, que oficializam as normas,

mesmo para quem tem consciência dessas articulações que conduzem a vida. O título do texto, por sua vez, trata dessa tomada de consciência, ao passo que também aborda a acomodação e a adaptação a essas situações.

Na crônica de Marina Colasanti, embora traga a ideia de acomodação ao discurso instituído, hegemônico, promove o entendimento de que há, por meio de recursos linguístico-textuais (no caso, metáforas, conectivos, vocabulários de efeitos negativos/contrários), a possibilidade de impor uma nova ordem discursiva, como bem esclarece Fairclough (2001):

Vamos considerar a dimensão textual do discurso. A mudança deixa traços nos textos de forma de co-ocorrência de elementos contraditórios ou inconsistentes – mesclas de estilos formais e informais, vocabulários técnicos e não-técnicos, marcadores de autoridade e familiaridade, formas sintáticas mais tipicamente escritas e mais tipicamente faladas, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128).

Assim, no texto sob análise, percebe-se o estilo mais poético, com uma linguagem mais figurada, que objetiva trazer o leitor à “realidade dos fatos” e refletir sobre sua postura diante dela.

Texto 3: Palavras

As gramáticas classificam as palavras em substantivo, adjetivo, verbo, advérbio, conjunção, pronome, numeral, artigo e preposição.

Os poetas classificam as palavras pela alma porque gostam de brincar com elas e pra brincar com elas é preciso ter intimidade primeiro.

É a alma da palavra que define, explica, ofende ou elogia, se coloca entre o significante e o significado pra dizer o que quer dar sentimento às coisas, fazer sentido.

Nada é mais **fúnebre** que a palavra fúnebre.

Nada é mais **amarelo** do que o amarelo-palavra.

Nada é mais **concreto** do que as letras c.o.n.c.r.e.t.o, dispostas nessa ordem e ditas dessa forma, assim, concreto, e já se disse tudo, pois as palavras agem, sentem e falam por elas próprias.

A palavra **nuvem**, chove.

A palavra **triste**, chora.

A palavra **sono**, dorme.

A palavra **tempo**, passa.

A palavra **fogo**, queima.

A palavra **faca**, corta.

A palavra **carro**, corre.

A palavra **palavra**, diz o que quer. E nunca desdiz depois.

As palavras têm corpo e alma, mas são diferentes das pessoas em vários pontos. As palavras dizem o que querem, está dito, e ponto.

As palavras são sinceras, as segundas intenções são sempre das pessoas.

A palavra **juro** não mente.

A palavra **mando** não rouba.

A palavra **cor** não destoa.

A palavra **sou** não vira casaca.

A palavra **liberdade** não se prende.

A palavra **amor** não se acaba.

A palavra **idéia** não muda. Palavras nunca mudam de idéia.

Palavras sempre sabem o que querem.

Quero não será desisto.

Sim nunca jamais será não.

Árvore não será madeira.

Lagarta não será borboleta.

Felicidade não será traição.

Tesão nunca será amizade.

Sexta-feira não vira Sábado nem depois da meia-noite.

Noite nunca vai ser manhã.

Um não serão dois em tempo algum.

Dois não serão solidão.

Dor não será constantemente.

Semente nunca será flor.

As palavras também tem raízes, mas não se parecem com plantas, a não ser algumas delas: **verde, caule, folha, gota.**

As células das palavras são as letras. Algumas são mais importantes que outras.

As consoantes são um tanto insolentes. Roubam as vogais pra construírem sílabas e obrigam a língua a dançar dentro da boca. A boca abre ou fecha quando a vogal manda.

As palavras fechadas nem sempre são mais tímidas. A palavra **sem-vergonha** está aí de prova.

Prova é uma palavra difícil.

Porta é uma palavra que fecha.

Janela é uma palavra que abre.

Entreaberto é uma palavra que vaza.

Vigésimo é uma palavra bem alta.

Carinho é uma palavra que falta.

Miséria é uma palavra que sobra.

A palavra **óculos** é séria.

Cambalhota é uma palavra engraçada.

Fonte: FALCÃO (2012)

O texto de Adriana Falcão remete à questão da neutralidade da palavra, abordada por Mikhail Bakhtin. Embora a autora afirme que *“Toda a palavra tem a cara do seu significado”*, esse significado não faz parte dela. A palavra incorpora significados. A própria etimologia de uma palavra é resultado do contexto social, cultural e histórico, onde ela se originou. A palavra diz porque essa é sua função, mas a sua expressividade depende de quem a utiliza. Por isso, Adriana Falcão ressalta: *“As palavras são sinceras, as segundas intenções são sempre das pessoas”/“A palavra **idéia** não muda. Palavras nunca mudam de **idéia**./Palavras sempre sabem o que querem”*.

Os sentidos atribuídos pela autora às palavras destacadas no texto representam o senso comum a respeito delas. Nomeações, classificações, sensações, representações estereotipadas quer pelo discurso quer pelos seus elementos mórficos. Sobre o uso das palavras no ato comunicativo, Bakhtin (2011) esclarece que:

[...] qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. Nos dois aspectos finais, a palavra é expressiva mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce do ponto do contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Com isso, é possível entender que a neutralidade da palavra é que a caracteriza como material indispensável para as produções discursivas, que atribuem a ela diversas conotações. Metaforizando, pode-se dizer que a palavra é a arma e os seus sentidos são as munições de que o discurso dispõe para atingir seus alvos, seja o discurso institucional, controlador, seja o contraditório. A palavra é um instrumento de poder. Na e pela palavra se institui a ordem ou a desordem.

Considerações Finais

As abordagens sobre o discurso apresentadas neste estudo tiveram a pretensão de fazer algumas reflexões acerca dos meandros da prática discursiva. O discurso, dessa forma, não se constitui, exclusivamente, na oratória rebuscada, no texto escrito, que segue, à risca, os padrões gramaticais. Aliás, o discurso não se restringe a uma produção textual ou a um ato de fala, ele já está instituído pelas representações, pelos nossos posicionamentos, pelo ordenamento dos espaços.

Nesse sentido, também é possível compreender que somente um discurso outro fará frente ao que já está instituído. Assim, é por meio das palavras, as mesmas aliadas do discurso ordenador, que se pode dizer outras coisas, dar voz ao que foi silenciado e emergir novos ordenamentos. Com essa perspectiva, então, se estabelece a subversão da ordem discursiva, com o contra-discurso, tão necessário para um viver mais livre e mais igualitário.

Referências

ANTUNES, Arnaldo. **Inclassificáveis**. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/arnaldo-antunes/inclassificaveis.html#ixzz3RNtlrCj1>. Acesso em: 30.jan.2020.

BAKHTIN, Mikail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1993, p. 1 – 50.

_____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6ª edição, São Paulo: Editora WMF

Martins Fontes, 2011.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2ª edição, São Paulo: Editora 34, 2018.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Disponível em: http://www.releituras.com/mcolasanti_eusei.asp. Acesso em: 29.jan.2020.

DICIONÁRIO AURÉLIO *ON-LINE*. Disponível em: <https://editorapositivoaurelio.page>. Acesso em: 05.mar.2020.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FALCÃO, Adriana. Palavras. Disponível em: <http://www.universodosleitores.com/2012/11/texto-da-semana-palavras-de-adriana.html>. Acesso em: 29.jan.2020.

FARIA E SILVA, Adriana Pucci Penteado. Bakhtin. In: **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. Organização Luciano Amaral Oliveira. 1ª edição, São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 45 - 69.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. Gramsci. In: **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. Organização Luciano Amaral Oliveira. 1ª edição, São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 17- 44.

Recebido em 21 de setembro de 2020.

Aceito em 09 de março de 2021.